



REBENA

Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368

Volume 7, 2023, p. 110 - 131

<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>

A importância do Assistente Social na Política Pública de Educação

The importance of the Social Worker in Public Education Policy

Márcio Pereira Santos¹ Ronny Batista de Sousa² Francisco das Chagas Araújo Coelho³
Viviane Soares Silva⁴ Francisco de Souza Cavalcante Neto⁵ Eliel Pessôa de Souza Júnior⁶

Submetido: 24/07/2023 Aprovado: 02/08/2023 Publicação: 08/08/2023

RESUMO

As ações do Assistente Social na educação básica visam não somente trabalhar as mais diversas demandas encontradas no ambiente escolar, mas também discutir a complexidade da realidade social e suas mazelas dos contextos vivenciados, como questões políticas, culturais e econômicas, inegavelmente, o sistema educacional brasileiro sofre um grande impacto no ensino proporcionado pela disparidade econômica, das quais as consequências refletirão no agravamento da questão social. O trabalho traz como objetivo geral, demonstrar as implicações da atuação do Assistente Social na educação básica. O processo metodológico, utilizado para realizar esta pesquisa, se dá, através de estudo bibliográfico com característica descritiva, o estudo, portanto tem uma abordagem qualitativa. A pesquisa mostra-se importante em apontar o Assistente Social em sua amplitude, como um profissional que contribui para o desenvolvimento das relações humanas em todas as dimensões, auxiliando na reintegração dos mais necessitados na sociedade. Em virtude deste trabalho, é sugerido que novas pesquisas sejam elaboradas e que o Assistente Social venha assumir um papel relevante na discussão de temas atuais, bem como a disseminação de conceitos e abordagens que, de certo modo, movimentam o universo acadêmico e social.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação Pública. Questão Social

ABSTRACT

The actions of the Social Worker in basic education aim not only to work the most diverse demands found in the school environment, but also to discuss the complexity of the social reality and its ills of the contexts experienced, such as political, cultural and economic issues, undeniably, the Brazilian educational system suffers a great impact on the teaching provided by the economic disparity, of which the consequences will reflect in the aggravation of the social issue. The general objective of this paper is to demonstrate the implications of the Social Worker's performance in basic education. The methodological process, used to carry out this research, takes place, through a bibliographic study with descriptive characteristic, the study, therefore, has a qualitative approach. The research is important in pointing out the Social Worker in its amplitude, as a professional who contributes to the development of human relations in all dimensions, assisting in the reintegration of the most needy in society. Due to this work, it is suggested that new research be elaborated and that the Social Worker will assume a relevant role in the discussion of current issues, as well as the dissemination of concepts and approaches that, in a certain way, move the academic and social universe.

Keywords: Social Work. Public Education. Social Issue

¹ Pós-Graduado em Gestão Pública, Faculdade FOCUS. marcio.14850@gmail.com.

² Mestrando no Programa de Ciências e Saúde da Universidade Federal do Piauí- UFPI. ronnyrbds@hotmail.com.

³ Graduado em Direito pela Faculdade de Tecnologia do Piauí- FATEPI. coelhoce@yahoo.com.br.

⁴ Especialista em Ciências Forenses e Perícia Criminal - Instituto Nacional de Cursos e Pesquisas. vivifilhadoceu@gmail.com.

⁵ Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco - FEMAF. fc37445@gmail.com.

⁶ Médico pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Piauí, Brasil. elielsjunior@icloud.com.

1. Introdução

É na instituição escola, que é possível notar os reflexos de contextos sociais, e as noções do real e as possibilidades de se relacionar com o outro, neste mesmo espaço é possível exercer o que está no Estatuto da Criança e do Adolescente (2019), garantindo a educação a criança e ao adolescente, e não somente a educação, mas também se atentando a sinais que informem sobre a situação de proteção à saúde, alimentação e a vida de forma integral.

Neste sentido, as ações do Assistente Social na educação básica visam não somente trabalhar as mais diversas demandas encontradas no ambiente escolar, mas também discutir a complexidade da realidade social e suas mazelas dos contextos vivenciados, como questões políticas, culturais e econômicas.

Portanto, a presente pesquisa orienta-se pela contribuição do Assistente Social na educação básica, que visa atender as necessidades e mazelas sociais que refletem dentro da educação escolar, através de apoio e abordagens metodológicas juntamente com o corpo docente da educação pública

Dito isso, e para fins de direcionamento da pesquisa a investigação que aqui se estabelece tem por questões problemas, as seguintes determinações que conduziu esse trabalho: Que contribuição a atuação do Assistente Social poderá trazer para a educação? Como a abordagem do Assistente Social impacta na educação básica?

De modo a alcançar respostas as indagações levantadas, a pesquisa tem por objetivo geral, demonstrar as implicações da atuação do Assistente Social na educação básica. Apresenta-se como objetivos específicos: Mapear o processo histórico da educação pública no Brasil; Descrever a evolução histórica do Serviço Social no Brasil; Relatar a importância do Serviço Social na educação pública.

Justifica-se a escolha do tema por entender que o Assistente Social em sua amplitude, consegue desenvolver um trabalho com mais coerências quando diz respeito a problemas sociais tendo em vista a sua formação com olhares mais sensíveis para estes aspectos.

Socialmente, o Assistente Social contribui para o desenvolvimento das relações humanas em todas as dimensões, auxiliando na reintegração dos mais necessitados na sociedade. Cientificamente, o Assistente Social assume um papel relevante na discussão de temas atuais, bem como a disseminação de conceitos e abordagens que, de certo modo, movimentam o universo acadêmico. Pontua-se, como força de exemplificação.

O percurso metodológico adotado para este estudo, é estruturado a partir do materialismo dialético, os conceitos modernos de dialética, lógica e história humana, seguem um caminho que supera as contradições, e criam outras que precisam ser resolvidas Gil (2008).

O trabalho tem caráter descritivo com base em seus objetivos, além disso, considerando os procedimentos técnicos. Destaca-se que para o desenvolvimento da discussão, a utilização de um delineamento bibliográfico com abordagem qualitativa, de modo a estruturar a fundamentação teórica da pesquisa. Portanto, segundo Gil (2018), os estudos bibliográficos é toma como base materiais já preparados, incluindo principalmente livros e artigos científicos. No que tange à abordagem qualitativa, de acordo com Souza e Kerbauy (2017), remete a uma discussão que compreende uma visão de mundo moderno, a visão subjetiva ou tangível, que pode ser reformulada através de observação.

2. História da educação pública no Brasil

Não é objetivo deste estudo descrever de forma ampla todo processo histórico do surgimento da educação pública brasileira. Mas, apontar um prelúdio de uma evolução educacional de base eurocêntrica herdada no período colonial até os dias atuais.

Desde a antiguidade, a educação foi se depurando, complexificando-se e esticando-se, até alcançar atualmente a condição principal e dominante, transformando-se em um parâmetro referencial para guiar todas as demais formas de ensino educacional, e o surgimento da instituição escolar, neste aspecto com o nascimento da escola, a educação implicara diretamente em uma relação com o trabalho (LOMBARDI; SAVIANI, 2022).

Ainda lendo os autores citados anteriormente, é possível identificar que de um lado o ensino escolar será voltado para o trabalho acadêmico intelectual, dirigido a formação de lideranças, e por outro aspecto um ensino técnico que no caso do trabalho manual, uma educação que se realizava simultaneamente ao próprio processo de trabalho (LOMBARDI; SAVIANI, 2022).

Voltando-se para a formação da educação pública no Brasil, é possível descrever de forma clara e breve que o ensino brasileiro acontece inicialmente no período colonial, com a chegada dos portugueses em 1500 (SANTOS, 2021). Tão logo a educação tida como tradicional era lecionada por meio dos padres jesuítas, que tinham como objetivo principal, difundir o cristianismo e posteriormente dominar os nativos (SANTOS, 2021).

Para fins de esclarecimento, os jesuítas, tinham o encargo de propagar a fé cristianizada na nova jurisdição do reino de Portugal, neste período, a educação era limitada às crianças do sexo masculino (SILVA,2000). As circunstâncias de somente a figura masculina ter direito a educação perdurou por quase dois séculos, os padres ensinavam os locais geográficos, ler e escrever,

sendo responsáveis pelas primeiras escolas do Brasil (MACEDO; NASCIMENTO; MILDENBERG, 2022).

Reiterando Santos (2021), encontra-se o seguinte esclarecimento sobre a origem do cristianismo propagada pelos jesuítas, que tem início com as pregações de João, o Batista e tem sequência com Jesus Cristo. Neste interim, pode-se destacar dois dos principais pensadores da vertente cristã, a saber: I – Santo Augustino com a escola filosófica patrística e; II – São Tomás de Aquino com a escola filosófica escolástica (RODRIGUEZ, 2022).

No que tange aos pensamentos da escola patrística, ela tinha como meta consolidar o papel da igreja católica com base na bíblia especificamente nas cartas de São Paulo e no livro de São João e passou a ser ensinada em escolas a partir do século XIX (WISNIEWSKI, 2022). A respeito da escola escolástica, ela tinha como base filosófica a existência de Deus, paraíso e inferno, bem como, uma relação entre homem, razão e fé (MACIEL, 2017).

Em sínteses, foram estas duas vertentes filosóficas que foram pregadas nos primórdios da educação brasileira com a chegada dos portugueses, por conseguinte é possível destacar que tanto a corrente de pensamento patrística e escolástica não concordavam com o pensamento científico que pudesse contrariar os dogmas religiosa (SANTOS, 2021).

O ensino educacional brasileiro foi moldado pelo transplante cultural europeu, que estava de acordo com o espírito da Idade Média, dominada pela igreja, e desejava apenas à formação de eruditos europeus, por décadas praticou-se um ensino sem significação social e que não tinha como preocupação central uma metodologia que envolvesse as discussões críticas acerca de questões que superassem os muros das instituições educacionais (AMARAL, 2007).

Se tratando de infraestrutura é inclusão, existia uma evidente segregação no ensino, pois as aulas para os filhos dos índios eram lecionadas em escolas provisórias, decorrente das condições de trabalho dos indígenas, já os filhos de colonos e proprietários de terras contavam com uma estrutura mais adequada em decorrência do grande investimento que entrava nessas instituições de ensino (AZEVEDO, 2018).

A educação da colônia era preconceituosa e excludente, em virtude de estar voltada para os filhos homens não primogênitos dos proprietários de engenho, excluindo, então, a massa de agregados, índios, escravos e mulheres, aos herdeiros primogênitos dos senhores de engenho era outorgada uma educação rudimentar e fundamental para cuidar dos bens da família (AMARAL, 2007).

Em decorrência deste fato, a educação brasileira pode ser classificada em duas faces, escolas particulares e públicas, a primeira é vista como sinônimo de qualidade, a segunda é apontada por sua ineficiência e por ser qualitativamente inferior às escolas privadas (SOUZA, 2019). O sistema educacional brasileiro, portanto, estrutura-se de forma fragmentada ao longo dos anos

produzindo a disparidade social, em que o acesso à informação se dá de maneira fortemente seletiva (SOUZA, 2019).

No Brasil as instituições escolares caracterizavam-se por ser uma organização que direcionava o ensino a determinados grupos de pessoas, excluindo os que não estavam de acordo com os padrões impostos pela sociedade, desta maneira legitimava a exclusão por parte das políticas de educação produzida pela ordem social (DOTTO, 2015).

As deficiências educacionais na base da sociedade brasileira podem provocar sequelas que se estendem a outras camadas, como a econômica, a social e a cultural, as disparidades entre ricos e pobres se aumentam ainda mais, o que faz com que as mazelas como violência urbana e corrupção se tornem problemas constantes em nossa sociedade (SAVIANI, 2008).

A partir destas ocasiões surgiram reformas e leis que tinham como proposta organizar o ensino escolar buscando a inclusão igualitária e universal, em suma as escolas devem abraçar todas as crianças, independentemente de suas condições intelectuais, sociais, físicas, emocionais, linguísticas ou outras, assim como oferecer boa infraestrutura e qualidade de ensino (SOUZA, 2019).

As políticas públicas e os documentos oficiais priorizam a educação como direitos sociais e humanos, mediante o exposto, a implementação destas políticas demanda mais que uma ordem legal, entende-se que a formação do docente e um espaço organizado com materiais didáticos constitui um mecanismo essencial para o desenvolvimento de uma escola democrática (AMARAL, 2007). Desta forma, a educação, em sua totalidade, pode ser delimitada nas instituições de ensino, nos clubes da comunidade, nos sindicatos, nos meios de comunicação, ou seja, nas inúmeras maneiras de relações humanas e sociais (DE MORAIS, 2021).

3. Periodização da história da educação Pública no Brasil

Para que se possa entender de forma profunda a educação exclusivista e excludente promovida atualmente, é importante entender esse processo através da história, ela precisa ser assimilada de tal forma que o presente possa ser satisfatoriamente compreendido como um esquema, que foi planejado desde tempos longínquos por oligarcas e aristocratas que usurparam o ensino educacional público, para perpetuar seus interesses (SOUZA, 2019).

Em Lombardi (2008) idem encontrar a seguinte periodização sistematizada da educação pública brasileira em seis fases, a saber: I - (1549-1759): Pedagogia Jesuítica; II - (1759-1827): Pedagogia Pombalina; III - (1827-1890): Primeiras tentativas de organização da educação pública; IV - (1890-1931): As escolas graduadas e o ideário do Iluminismo republicano; V - (1931-1961):

Regulamentação do ensino e o ideário pedagógico renovador; VI - (1961-1996): Unificação normativa da educação a concepção produtivista de escola.

A primeira fase de 1549 -1759 é compreendida por uma educação amparada em conceitos religiosos difundida pelos padres jesuítas, citados anteriormente (SOUZA, 2019). Esta etapa pode ser dividida em duas fases conforme Lombardi (2008), a saber: I – Pedagogia Nobrega conhecida também por período heroico de 1549 – 1570 e; II – Ration Studiorum de 1570 – 1759 (LOMBARDI, 2008).

A pedagogia Nobrega é uma vertente educacional que visa civilizar os povos nativos através da, educação cristã de cultura europeia que utilizava como instrumento o teatro, portanto, foi um meio pedagógico disponível e aplicados pelos jesuítas nas terras usurpadas pelos portugueses, a pedagogia desenvolvida por Manoel de Nóbrega é atualizada pelo padre José de Anchieta, ao criar a gramática de linguagem geral (SILVA; AMORIM, 2017).

Por Ration Studiorum era um documento constituído de regras, com objetivo de trajar e sistematizar os métodos de ensino e a organização curricular das escolas, distribuídas por todas as províncias (SOUSA, 2003). Para Dias (2022), o Ration Studiorum pode ser compreendido como a primeira organização dos métodos e dos estudos no contexto do mundo moderno.

A segunda fase de 1759 -1827, é entendida por pedagogia Pombalina, momento marcado por reformas criadas pelo ministro Marquês de Pombal em 1759 durante o governo de D. José I (1750-1777), (SAVIANI, 2021). Este marco de reformas pode ser subdividido em duas fases a saber: I - As reformas relacionadas ao despotismo esclarecido (1759-1827); II - Desenvolvimento da pedagogia leiga: ecletismo, liberalismo e positivismo (1827-1932), (NETO; STRIEDER; SILVA, 2019).

É importante pontuar que esta fase de desenvolvimento e reformas da educação e escolas públicas brasileiras também é marcada, pela expulsão dos jesuítas (SILVA; AMORIM, 2017). Retornando para o primeiro item do parágrafo anterior, entende-se por despotismo esclarecido como uma forma de governo absolutista com princípios iluministas que visava instituir várias reformas (SANTOS, 2018).

No que toca o item dois sobre ecletismo, liberalismo e positivismo também é possível esclarecer em uma breve contextualização cada tópico citado, por conseguinte, a filosofia celetista pode ser entendida como uma doutrina que recolhe o pensamento de várias teorias, ou seja, reúne a combinação de diferentes pensamentos e épocas (LOMBARDI, 2008).

A doutrina ou vertente liberalista faz menção a um governo com pouca intervenção do Estado na economia, direito e defesa da propriedade privada, assim como, uma grande valorização dos direitos sociais e liberdade, esta filosofia é a principal responsável pela atual oposição ao

esquerdismo, duas ideologias de grande importância para a formação educacional e cultural brasileira frente as diversidades (PAIM, 2018).

O positivismo é uma doutrina filosófica proposta por Auguste Comte, corrente que busca explicar as leis do mundo social com critérios das ciências exatas e biológicas, esta corrente tinha como objetivo alcançar o progresso em todos os aspectos que constitui uma nação (SÁ, 2020). Essa teoria repercutiu na política brasileira, mais especificamente no início da primeira república, período político que recebeu fortes influências do positivismo, a exemplo, temos o lema de nossa bandeira (PORFÍRIO, 2021)

O positivismo não durou por muito tempo no Brasil e na esfera educacional teve seus problemas que em prática não era tão democrática como sugeria a sua teoria, a administração e a melhorias das instituições aconteceria exclusivamente pela classe da elite científica, que caracterizava certo monopólio, deixando evidente a falta de uma democracia necessária para educação e liberdade na formação das crianças, jovens e adultos (SÁ, 2020).

A terceira fase de 1827-1890, é um período que consiste em intermitentes tentativas por parte dos poderes públicos de organizar a educação brasileira, o poder era representado pelo governo imperial e pelos governos provinciais (LOMBARDI, 2008). O momento é marcado pela independência, episódio que começaria a colocar as coisas nos trilhos, portanto, em 1827 é outorgada a primeira lei educacional brasileira (SOUZA, 2019).

Na visão de Souza (2019), a lei obrigava a criação de escolas primárias e letras, tornando o ensino recíproco ou mútuo como metodologia de ensino, o método objetivava alfabetizar de forma rápida a escolarização básica do Brasil, o país vivia um regime padroado em que o rei tem direito total de nomear párocos, bispos e permitia ou proibia a ordem religiosa em estabelecimento, neste caso, a religião católica era obrigatoriamente ensinada nas escolas.

A quarta fase de 1890 - 1930 é conhecida como um dos principais marcos na história da educação pública brasileira, o período é marcado pelo surgimento das escolas como conhecemos hoje, com caráter de progressão, ou seja, ao completa um ciclo de uma série passa para a próxima, bem como, o surgimento dos primeiros cursos de formação superior de professores (LOMBARDI, 2008).

Além do mais o método de lecionar mútuo é substituído pelo intuitivo, doutrina difundida por Pestalozzi e muito utilizado no século XIX, a concepção deste desta metodologia visa o contato do aluno direto com as várias experiências que o próprio aluno deve realizar no em seu meio, partindo sempre da intuição, isto é, se distingue por oferecer informações sensíveis à observação (EISSLER; SILVA, 2019).

Mesmo com tais reformas as massas populares continuaram excluída de do processo educacional, as escolas continuaram sendo instituições elitistas, no mais claro padrão a educação era

eficiente para formação das elites, na medida em que os filhos dos pobres e de outras classes ficavam excluídos, em outros termos os problemas de uma educação democrática ainda não estavam resolvidos (SOUZA, 2019).

A quinta fase de 1931-1961 é marcada por mais reformas, Brasil passou por reformas estruturais que incidiram diretamente sobre a construção de um sistema nacional de educação pública. Neste sentido, logo após a subida de Getúlio Vargas ao poder em 1930, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, chefiado por Francisco Campos, que idealizou a reforma de 1931, na IV Conferência da Associação Brasileira de Educação - ABE, (BITTAR; BITTAR, 2012).

Neste mesmo período outros grupos defendiam que os Estados criassem uma escola única, totalmente gratuita e laica com possibilidade de meninas e meninos cursar na mesma sala de aula, embora existissem vários esforços para uma educação pública mais democrática, metade da população com menos de 15 anos de idade por volta de 1950, afirmavam ser analfabetas com incapacidade de ler e escrever (SANTOS, 2018).

A década de 50 do século XX é tomada por uma industrialização tardia, porém acelerada, promovendo uma urbanização jamais experimentada antes, em fase disto surge uma grande demanda de mão de obra alfabetizada, e como consequência em 1961, o presidente João Goulart propõe a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), marco que compreende a unificação e regulamentação da educação pública brasileira (MONTALVÃO, 2010).

O autor ainda pondera que a relação entre educação e democracia que se desejou instalar a partir dela, surgiu da necessidade de adaptá-la a existência de um regime federativo de cunho pluralistas abordando as disparidades regionais, a lei visava em primeiro lugar, a estruturação do sistema escolar público e em segundo lugar, a definição de uma doutrina educacional brasileira (MONTALVÃO, 2010).

A quarta fase da educação pública brasileira de 1961-1996 é dada pela unificação normativa da educação a concepção produtivista de escola, citada anteriormente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, neste sentido, as escolas passaram até mais autonomia e liberdade no planejamento de programas voltados para o desenvolvido de conteúdos de ensino (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006).

Com o golpe militar de 1964 a educação brasileira teve um grande retrocesso no que tange o ensino para todos, os pobres ficaram com o mínimo e os mais ricos ficaram com uma educação exclusiva de qualidade, enquanto a escola pública se tornava cada vez mais precária, sem apoio de políticas públicas (SOUZA, 2019). Neste sentido, durante o regime militar brasileiro não existiu uma política educacional democrática (CUNHA, 2014).

Durante o intervalo 1964 a 1985 nada mais foi feito pela educação, a não ser um prolongamento do que já existia desde o Estado Novo, todavia, algumas reformas foram propostas a exemplo da profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º Grau dada pela (Lei n. 5.92/71), (FERREIRA; BITTAR, 2008). Com a redemocratização, desenvolveu-se imediatamente movimentos para implementação da segunda (LDB), (ALMEIDA; LEAL, 2022).

Nos anos 90 sobre forte pressão dos movimentos sociais voltados para a educação, e da crescente necessidade de um ensino de qualidade frente a globalização mundial, o Brasil tem a sua Lei de Diretrizes e Bases da Educação atualizada, a nova LDB visa tratar da promoção de igualdade, direitos humanos e a inclusão de temas transversais no currículo (ALMEIDA; LEAL, 2022).

É perceptível que a educação brasileira apresenta mudanças positivas e negativas, e que toda sua transformação ao longo de décadas carrega muito das intenções dos governantes elegíveis, portanto, no campo das políticas públicas voltadas para este seguimento, viveu e vivência momentos altos e outrora, regressos substanciais para o sistema (ALMEIDA; LEAL, 2022). A Educação não constitui a solução para os inúmeros problemas existentes no Brasil, mas por meio dela pode incidir uma significativa transformação social, cultural e econômica da sociedade (DOS SANTOS SILVA; PONTES, 2023).

4. Questão social no ambiente escolar

A questão social é a justaporia da sociedade moderna que coloca em foco entre as diferenças de mercado e a dinâmica da comunhão social, entre a exigência ética entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada no percurso das relações de poder e dominação (SANTOS, 2017). É notório que o Estado vem possibilitando desenvolver mecanismos para a garantia dos direitos conquistados pelos cidadãos, por intermédio das políticas públicas sociais responsáveis pela promoção de saúde, educação, assistência social, entre outras (LUCENA FILHO, 2023).

A construção da cidadania como grande meta é extremamente difícil de ser efetivada, visto que, na escola pública ou privada temos uma população numerosa, heterogênea do ponto de vista socioeconômico e cultural, diferença de idades, portadores de necessidades especiais e origens regionais, por este ângulo, os preconceitos surgem da grande disparidade social dentro da instituição, que devem ser superados através da educação democrática é inclusiva (PONTUS-CHKA, 2000).

Vale destacar que, no Brasil a política nacional de educação inclusiva adota as recomendações da Declaração de Jomtien (1990), e da Declaração de Salamanca (1994), as duas declarações

ponderam que o sucesso da inclusão depende principalmente da identificação precoce de crianças com necessidades educativas especiais, desde a primeira idade e da preparação da escola com objetivo de impedir condições de incapacidade futuras (BRUNO, 2008).

No que tange aos problemas da desigualdade e da discriminação racial dentro do âmbito escolar diagnosticada nos estudos e pesquisas sobre o assunto, necessita-se de políticas públicas e educacionais que assegurem a eficiência do princípio da igualdade, mas do que punir é preciso prevenir promovendo a igualdade justa (JUNIOR, 2002).

Outro aspecto que envolve educação, escola pública e família que merecem bastante atenção social diz respeito a evasão escolar, problema causado por vários fatores, a saber: I – Fatores socioculturais; II – Psicoemocionais ou depressão; III – Institucionais; IV – Violência doméstica e; V – Preconceito de gênero (CERATTI, 2008).

Rosângela; Ribeiro e Pereira (2015) enfatiza em seu artigo que a evasão escolar, pode ser apontada como uma abdicação do estudo por um tempo determinado ou não. E que existe várias razões de ordem social e especialmente econômica que tendem para evasão escolar dentro do ensino básico, razões que perpassam a sala de aula e os muros escolares (ROSANGELA; RIBEIRO; PEREIRA, 2015).

É possível encontrar no sistema educacional público e privado brasileiro vários entraves e dificuldades em relação aos problemas sociais de constantes ocorrência na comunidade que mais cedo ou tarde, reflete na sala de aula, alguns destes problemas já foram citados em parágrafos anterior e que precisam ser combatidos (MORAIS, 2021).

Existem outros problemas que podem transparecer na sala de aula e precisam ser mencionados, como o capacitismo (discriminação contra pessoas com deficiência), falta de representatividade e, em algumas escolas, a xenofobia (intolerância a origem regional) (RIBEIRO, 2020).

5. Serviço social: breves considerações históricas

Ao longo dos anos a gênese do Serviço Social acadêmico profissional legitima-se como uma ferramenta de suporte da igreja católica mobilizada pelo Estado, na tentativa de enfrentar problemas sociais que surgem em decorrência de expansão do espaço, organização da classe trabalhadora, falta de saneamento básico, pobreza e discriminação social (OLIVEIRA et al., 2017).

Neste aspecto, a partir de 1930 com a expansão do capital monopolista e a mudança na configuração burguesa que, as manifestações das questões sociais surgem, conseqüentemente, em 1936 surge o primeiro curso de Serviço Social de caráter conservador na PUC-SP, que visava combater problemas morais (OLIVEIRA *et al*, 2017).

Entende-se por moral como um conjunto de regras e normas designadas a orientar as vinculações sociais numa comunidade fraternal, a sua definição, função e temporalidade não podem deixar de variar historicamente nas distintas sociedades, tão logo, entende-se por moral o modo de ser, de se comportar do homem que em sua essência é um ser histórico (MOREIRA, 2020).

É possível observar o desenvolvimento da política social no Brasil, que se dá de caráter distinto dos países capitalistas principais, e conseqüentemente da assistência social que lentamente adquire o estatuto de política social pública em 1988, com a Constituição Federal Brasileira (BELO, 2019).

Portanto, espaço profissional no cotidiano do Assistente Social transcorre as relações sócio históricas da sociedade capitalista e suas incoerências, dentro deste quadro o Assistente Social se ocupa, através de reflexões que permitem entender que a inclusão do Serviço Social define a configuração e a substância do trabalho do assistente na política urbana (DAVID; CARDOSO, 2022).

É importante destacar que os anos 80 e 90 foram etapas de crescimento dos saberes do Serviço Social, nesse sentido, considerasse a assistência social como profissão histórica, em que seu caráter se expressa por meio de estudos, sendo o percurso de construção de um conhecimento envolvido com as demandas minuciosas da profissão, logicamente, compreendesse que as políticas sociais são multifacetárias, as quais possuem múltiplas consignações, de controle e de consenso (DAVID; CARDOSO, 2022).

6. História do serviço social no Brasil e seu papel na sociedade

O Serviço Social, ofício destinado ao combate das mazelas sociais, surgiu no Brasil na década de 1930, como contexto sociopolítico, temos a transição do país de exportador agrícola para um modelo de cidade industrial e o presidente Getúlio Vargas no comando do poder estatal (NASCIMENTO, 2018).

Nesse cenário, surge a profissão de Assistente Social, inicialmente obscurecendo a dimensão política de sua atuação, enfatizando assim o apelo moral da doutrina social católica ao lidar com a "questão social, o momento, portanto é marcado pela união do Estado, da igreja católica e empresário com o objetivo de combater as inquietações populares derivadas do conflito entre capital e trabalho. (DIAS, 2022).

O método de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão societária do trabalho está intimamente ligado ao crescimento de grandes instituições de prestação de

serviços sociais e assistenciais administrados ou subsidiados pelo Estado e que permitem a expansão do mercado de trabalho a esses profissionais especializados (NASCIMENTO, 2018).

Com o avanço do capitalismo, em sua fase abarcadora ou monopolista no início do século XX, a situação social era grandemente desfavorável as classes mais pobres, essa conjuntura gerou uma tensão entre os trabalhadores e o Estado que representava as classes mais ricas ou dominante, este se viu pressionado a atuar nas diferentes manifestações da questão social para conformar, controlar e ao mesmo tempo disciplinar as classes subalternas (GARCEZ, 2021).

Portanto é em 1940 que o Serviço Social se oficializar no Brasil, tendo por exemplo como maior empregador as instituições públicas, conseqüentemente as empresas privadas que em decorrência do crescimento industrial no país e a necessidade de racionalização da produção e dinamização do trabalho, optam por solicitar o Assistente Social para atuar no processo de acato e adequação dos operários às requisições de reprodução do capital (NASCIMENTO, 2018).

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira histórica determinada de os homens produzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito da produção, neste processo se formam, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se estabelecem, encobrendo as diferenças que as cercam (IAMAMOTO, 2006).

Nesse momento, o Assistente Social percebeu a necessidade de pensar um Serviço Social moderno, moldando às demandas desse novo contexto histórico, logo, intensificou o desejo de criar um estatuto científico, assim sendo, a profissão se aproximava do Serviço Social norte-americano, ajustada com base em critérios técnicos e científicos, neste sentido, vale ressaltar que a conjuntura geopolítica foi uma razão principal para aproximação do Brasil com os Estados Unidos (GARCEZ, 2021).

É importante frisar que, o tradicionalismo católico que individualizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa a desenvolver trabalhos mais técnicos, ao entrar em contato com os paradigmas estadunidenses e suas propostas de trabalho englobado pela doutrina positivista (YAZBEK, 2009). Ainda lendo o autor citado, ele afirma que no final da década de 40 é início dos anos 50, é possível notar a presença da filosofia tomista aliada aos métodos norte-americanos (YAZBEK, 2009).

No que diz respeito a filosofia tomista em sentido estrito é a doutrina de São Tomás de Aquino, monge XIII, adepto dos pensamentos de Aristóteles, de Platão e de Santo Agostinho, formula uma corrente filosófica e teológica próprio e original, uma das características da sua filosofia é, antes de tudo, a preocupação com a adaptação e integração do pensamento de Aristóteles no Cristianismo (RAMÍREZ, 2021).

Em meados do século XX o tomismo ressurgiu com a finalidade de recuperar e atualizar a filosofia e a teologia de santo Tomás de Aquino, portanto, o tomismo a fim de atender aos problemas cotidianos e atuais, baseia-se, na filosofia aristotélica para responde a vários fatores, entre outros o crescimento da ciência e explicar os fenômenos sociais ou materiais (LARRAÍN, 2021).

No que concerne a evolução das atividades do Assistente Social no Brasil e a fundação das instituições educacionais voltada para formação de profissionais da área, Garcez (2021) apresenta as primeiras escolas de serviços sociais brasileiras por período a saber:

I - Escola de Serviço Social de São Paulo (1936); II - Escola de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar e Social do Rio de Janeiro (1937) III - Instituto de Serviço Social de São Paulo e Escola de Serviço Social de Pernambuco, a primeira do Nordeste (1940); IV - Escola de Serviço Social da Bahia (1944); V - Escola de Serviço Social do Paraná e Escola de Serviço Social de Porto Alegre (GARCEZ, 2021).

Concomitantemente os primeiros apoios imprescindíveis à qualificação técnica para o Assistente Social e à sua atualização vai ser buscada na filosofia positivista e em sua inquietação instrumental e imediata do ser social, a doutrina positivista se desenvolve com as relações aparentes dos fatos, cresce e evolui dentro do já comprimido e procura a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis (YAZBEK, 2009).

Para fins de esclarecimento ao entrar na década de 60 e 70, a profissão de Assistente Social no bojo de sua formação manterá uma interlocução com a teoria social de Marx como pilar teórico, esta teoria apreende o ser social a partir de mediações, ou seja, parte da disposição de que a natureza relacional do ser social não é percebida de imediato (IAMAMOTO, 2006).

Consequentemente, a dissimilação da corrente marxista no Serviço Social brasileiro se dá com incontáveis problemas, tais como a censura do período militar, e uma abordagem equivocada desta filosofia frente as disparidades sociais, é com este referencial duvidoso, do ponto de vista teórico, que a profissão visa indagar sua praticidade institucional com seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo em em que se aproxima dos movimentos sociais (YAZBEK, 2009).

Uma divisão cronologia para o Serviço Social que culminou com novos rumos para tal profissão foi o “III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)”, que ficou habitualmente conhecido como o “Congresso da Virada”. O evento ocorreu de 23 a 27 de setembro de 1979, em São Paulo, é de suma importância destacar que o evento representou uma ruptura com a herança conservadora da profissão (NETTO, 2005).

Os dogmas conservadores tinham como características uma adaptação do Serviço Social às exigências da autocracia burguesa que responsabilizava o indivíduo por sua condição de status social, apresentava um diálogo cristão e não tinha empatia quanto às mazelas existentes na sociedade, e suas técnicas eram voltadas ao desenvolvimento capitalista (IAMAMOTO, 2006).

Com a chegada dos anos 80, o Serviço Social expandiu-se bastante o referencial teórico marxista e a produção de conhecimento, conseqüentemente obteve substancial importância ao adaptar-se ao desenvolvimento do ofício como instituição no Brasil, portanto, esta adaptação diferenciada prospectara o acompanhamento de uma trajetória do pensamento e da ação profissional nos anos seguintes ao movimento de novos conceitos e se conservarão presentes até os anos atuais (GARCEZ, 2021).

7. A inserção do serviço social na política de educação brasileira

Refletir sobre o exercício do Assistente Social na educação pública ou privada acarreta analisar os traços de questões sociais identificadas na realidade da Política de Educação, desta maneira, formulando alternativas para sua atuação durante seu trabalho profissional, bem como, planejando propostas de modo a inserir a realidade da educação em um contexto mais amplo (SILVA, 2009).

Portanto, partindo deste aspecto “educação”, existe por parte da categoria profissional uma exigência ampla de reflexões e sistematização de suas aptidões, com objetivo de tornar essa prática garantidora da emancipação do sujeito como cidadão, e a efetivação de garantir os direitos dos discentes, como também daqueles que compõe o quadro da Política de Educação (SILVA, 2021).

O autor também mostra algumas das opções de ação no que diz respeito ao planejamento e à gestão, a saber: I - o Serviço Social é considerado um articulador de políticas públicas; II - a promoção de programas que expanda o debate entorno das expressões da questão social na educação; III – Acompanhar e monitorar, o as avaliações dos programas sociais presentes na educação (SILVA, 2021).

Contextualizando a seção com a histórica do Brasil, os problemas sociais tornaram-se mais dramáticos comparado aos países de economia solidas, ontologicamente a transição do capitalismo para o monopolista ocorreu diferenciada, deixando de lado a classe dos proletariados, ou seja, trabalhadores (LIMA, 2018). Iamamoto (2006), confirma essa passagem de transição ao descrever que a burguesia restringia esse processo aos interesses das classes dominantes.

Inegavelmente, o sistema educacional brasileiro sofre um grande impacto no ensino proporcionado pela disparidade econômica, das quais as conseqüências refletirão no agravamento da questão social, de tal maneira que é possível perceber que as disparidades econômicas na sociedade brasileira atingem diretamente a educação (ANDRADE; CARVALHO; ROCHA, 2017).

Em vista disso, a inserção do profissional de Serviço Social no sistema educacional de ensino, e, por conseguinte no envolvimento com as demais Política de Educação, é imprescindível,

tendo em vista que a profissão tem como metodologia atua diretamente com as relações e mazes sociais, portanto, o universo escolar é uma amostra de uma realidade social, onde é possível verificar dentro destas instituições fatores como a evasão escolar, a violência dentro das escolas, entre outros (LIMA, 2018).

Olhando por este sentido, o autor pontua algumas das expressões sociais inseridas dentro das escolas, são elas: I – a venda de drogas; II - dependência química; III - a violência urbana; IV - a gravidez na adolescência motivo de evasão escolar e deficiência de orientação sexual no quadro escolar; V - o trabalho infantil e; VI - situação socioeconômica da população (ANDRADE; CARVALHO; ROCHA, 2017).

Diante disto, a inclusão do Assistente Social no quadro educacional brasileiro principalmente em escolas públicas, confere um grande desafio à profissão, na tentativa de formular planejamentos de intervenções qualificadas desde a sua elaboração a sua execução neste espaço (SILVA, 2009).

Neste interim, faz-se necessário compreender o sistema de educação como um objeto de estudo pautado em políticas sociais que tem como finalidade assegurar os direitos fundamentais garantidos por lei, desta forma, a escola precisa de um agente social conectado com a realidade da instituição e o planejamento pedagógico, buscando sempre fundamentos teóricos e ético-políticos (LIMA, 2018).

Em síntese, atuar no gerenciamento de Política de Educação incumbe a todos os profissionais envolvidos, considerar a legitimação da prática profissional neste espaço como educação que ultrapassa a transmissão de saber nas salas de aula, ou seja, neste espaço possível notar várias expressões de questões sociais, e cabe ao Assistente Social atuar neste assunto, considerando uma articulação com os demais profissionais da educação (RAMOS *et al*, 2018).

8. O trabalho do serviço social na escola

A instituição escolar é vista com um espaço de formação social, neste ambiente os integrantes principalmente os estudantes manifestam a sua realidade social explícita ou implícita, neste sentido, se torna indispensável para suprir esta necessidade uma integração de um profissional qualificado da área, para desenvolver de forma multidisciplinar uma atuação conjunta com o quadro de funcionários da escola, para operar em diversas ocasiões (ALMEIDA, 2003).

À vista disso, ao inserir o Assistente Social na educação com objetivo de desenvolver projetos conjuntos de forma multidisciplinar, precisa dialogar com toda equipe, alunos e familiares para analisar as demandas em todos os fatores e fenômenos, e posteriormente tomar decisões efetivas com base no contexto social de cada discente (LIMA, 2018).

Destarte, o Assistente Social atuará frente a frente com os problemas sociais encontrado dentro das escolas, buscando dá suporte técnico para todo quadro pedagógico da instituição que muitas vezes a escola não sabe como intervir, é importante destacar que o profissional de serviços sociais não substituirá de forma alguma a equipe educacional da escola, seu objetivo estará em um trabalho conjunto de cunho social (ANDRADE; CARVALHO; ROCHA, 2017).

É importante relatar, que o sistema educacional ao longo dos anos vai sofrer diferentes intervenções sociais naquilo que diz respeito a leis e garantias que visam assegurar uma educação inclusiva, por exemplo: I – A constituição Federal de 1988 que em seu artigo 205 fala que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (PIANA, 2009).

Já a década de 90 foi propícia para elaboração de leis como: I – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990; II – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, nesse contexto a execução destas políticas sociais passa a integrar um conjunto de iniciativa de equalização social e não apenas mais de riscos (RAMOS *et al*, 2018).

A instituição educacional é um sistema social de grande importância na sociedade, já que além de possuir a finalidade de fornecer formação intelectual e moral dos alunos, bem como, a inserção social, isto acontece em decorrência da escola se apresentar como um meio social conviviado pelos indivíduos, que sucede o âmbito familiar, neste espaço os discentes passam a conviver com diferentes raças, cor, etnia, religião e cultura (SILVA; FERREIRA; TARCÍSIO, 2014).

É importante destacar mais uma vez, que nem sempre foi assim, historicamente a educação era oferecida a uma minoria a exemplo do período colonial, que somente os filhos de grandes latifundiários podiam estudar, uma inclusão que ainda assim dentre eles abrangiam fora do contexto de ensino as mulheres, em sentido estrito é inelutável descrever que este período é marcado pelo esforço de manter as desigualdades sociais, funcionando apenas como uma ferramenta de assegurar certos privilégios (AZEVEDO, 2018).

Com a criação e vigência da constituição federal de 1988 e posteriormente outras leis regulamentadoras como a LDB, a educação passar a ser garantida para todos, sem restrições, logo não será mais um espaço apenas dos privilegiados, neste sentido, a escola se torna um aparelho em que seus objetivos e resultados quanto seus processos e meios são relacionados com a formação do ser, ganhando importância (SILVA; FERREIRA; TARCÍSIO, 2014).

9. Considerações Finais

Foi possível, mapear o processo histórico da educação pública no Brasil, educação moldada pelos padrões culturais europeus alinhados de acordo com o espírito da idade média, dominada pela igreja que almejava apenas a formação de eruditos europeus, mesmo com grandes evo-

luções está desigualdade vai permear entre linhas até os dias atuais com uma nova roupagem. Por décadas praticou-se um ensino sem significação social e que não tinha como preocupação central uma metodologia que envolvesse as discussões críticas acerca de questões que superassem os muros das instituições educacionais.

Nesta mesma linha, foi possível também descrever a evolução histórica do Serviço Social no Brasil ao longo dos anos que se legitimava como uma ferramenta de suporte da igreja católica mobilizada pelo Estado, na tentativa de enfrentar problemas sociais que surgem em decorrência de expansão do espaço, organização da classe trabalhadora, falta de saneamento básico, pobreza e discriminação social.

Para educação inclusiva, vale destacar duas importantes declarações como a de Jomtien (1990) e Salamanca (1994) proveniente da elaboração pública de assistentes sociais, que ponderam o sucesso da inclusão principalmente da identificação precoce de crianças com necessidades educativas especiais, desde a primeira idade e da preparação da escola com objetivo de impedir condições de incapacidade futuras.

A pesquisa mostra-se importante em apontar o Assistente Social em sua amplitude, como um profissional que contribui para o desenvolvimento das relações humanas em todas as dimensões, auxiliando na reintegração dos mais necessitados na sociedade. Em virtude deste trabalho, é sugerido que novas pesquisas sejam elaboradas e que o Assistente Social venha assumir um papel relevante na discussão de temas atuais, bem como a disseminação de conceitos e abordagens que, de certo modo, movimentam o universo acadêmico e social.

Referências

ALMEIDA, Daivane Azevedo; LEAL, Fabiana Soares Fernandes. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB: contribuições para a inclusão do tema diversidade sexual e de gênero no ensino brasileiro. **Research, Society and Development**, v. 11, p. 01 - 13, 2022.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. **Encontro de Assistentes Sociais na Área da Educação**, v. 1, 2003.

AMARAL, Marta. A dimensão ambiental na cultura educacional brasileira. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**, v. 88, p. 107 – 121. 2007.

ANDRADE, Alzair Augusto de Almeida de; CARVALHO, Roseane Albuquerque Araújo de; ROCHA, Islania Lima da. **A DEMANDA PELO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**. In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e políticas sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

AZEVEDO, Rodrigo. A história da Educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização. **Gazeta do Povo**. São Paulo, 11 Jan. de 2018.

BELO, Jéssila Santos dos. DO ASSISTENCIALISMO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**.

BEZERRA, Willian Rodrigues. **AS IMPLICAÇÕES DO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A CRITICIDADE DO ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL**. 2021. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, Pedreiras, 2021.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, p. 157-168, 2012.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. A construção da escola inclusiva: um a análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da educação infantil. **Revista@mbienteeducação**, v. 1, 2008

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. Evasão escolar: causas e consequências. **Curitiba/PR**, 2008.

CORREIA, Filho Francisco Lages. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão: relatório diagnóstico do município de Trizidela do Vale**. Teresina: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 357-377, 2014.

DA SILVA, Luis Gustavo Moreira; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. **Projeção e docência**, v. 5, p. 06-23, 2014.

DAVID, Lidiane Maria Siqueira; CARDOSO, Welson Sousa de. TEORIA CRÍTICA E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 6, p. 322-338, 2022.

DE MORAIS, Cláudio Jorge Gomes. Por uma crítica Frankfurtiana à inclusão. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 1, p. 59-68, 2021.

DIAS, Geraldo. **A Primeira Educação do Brasil: uma análise do Ratio Studiorum**. Editora Dialética, 2022.

DIAS, Nogueira Guilherme. **A constituição da dimensão ética da identidade docente sob a lente da teoria disposicionalista**, 2022. 178 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

DOTTO, Cleuseni Medianeira. **Educação inclusiva: reflexões sobre as propostas regulamentadas e o contexto escolar**. 2015. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano) - Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2015.

DOS SANTOS SILVA, José Cláudio; PONTES, Edel Alexandre Silva. O Ensino Médio Integrado e suas formas: conceitos e questionamentos. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 07, p. 8902-8917, 2023.

EISSLER, Roberto João; SILVA, Priscila Juliana da. DIÁLOGOS ENTRE “ARITHMETICA ELEMENTAR” DE GEORG AUGUST BÜCHLER E O MÉTODO INTUITIVO DE PESTALOZZI. **VIDYA**, v. 39, p. 509-526, 2019.

FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, v. 28, p. 333-355, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCEZ, Thiago. História do Serviço Social no Brasil. **Portal do Serviço Social**, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2006.

JUNIOR, Hédio Silva. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

LARRAÍN, Federico García. THOMAS NAGEL EA TELEOLOGIA ARISTOTÉLICA-TOMISTA. **Journal of Teleological Science**, v. 1, p. 45-55, 2021.

LIMA, Denise Ribeiro de. **SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: desafios e possibilidades da inserção profissional na política de educação**. 2018. Monografia (Bacharel em Serviço Social) - Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESFMA, Paço do Lumiar, 2018.

LOMBARDI, José Claudinei. Periodização na história da educação brasileira: aspecto polêmico e sempre provisório. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 32, p. 200-209, 2008.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. **História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil**. Autores Associados, 2022.

LUCENA FILHO, Everaldo Lauritzen. Dos Direitos e das (In) ações do Estado para à Adolescência. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 6, p. 165-179, 2023.

MACEDO, Aparecida Silva; DO NASCIMENTO, Oslei; MILDENBERG, Emerson. Percursos e desafios da Educação Cristã. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 38, p. 45-70, 2022.

MACIEL, Willyans. **Escolástica**.

MONTALVÃO, Sérgio. A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação. **Mosaico**, v. 2, p. 21 - 39, 2010.

MORAIS, Cristopher. Como posicionar sua escola em relação aos problemas sociais?. **Spont**, 2021. Disponível em: < <https://www.sponte.com.br/como-posicionar-sua-escola-em-relacao-aos-problemas-sociais/>>. Acesso em: 17 Out. 2022.

MOREIRA, Ingrid Adame. Serviço Social, Trabalho Profissional, Ética e Projeto Ético-Político. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 2, p. 39-60, 2018.

NASCIMENTO, Patricia Lima do. SERVIÇO SOCIAL E INSTRUMENTOS NORMATIVOS-LEGAIS NA TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DA PROFISSÃO NO BRASIL. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 2, p. 114-128, 2018.

NETO, Alexandre Shigunov., STRIEDER, Dulce Maria., SILVA, André Coelho da. A reforma pombalina e suas implicações para a educação brasileira em meados do século XVIII. **Tendências Pedagógicas**, v. 33, p. 117-126. 2019.

NETTO, José. Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Maria Liduína *et al.* **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. Cortez Editora, 2017.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do Assistente Social no cenário educacional**. 2009. Disponível em: < <https://books.scielo.org/id/vwc8g>>. Acesso em: 17 Nov. 2022.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia, representações sociais e escola pública. **Terra Livre**, v. 1, p. 145-154, 2000.

PORFÍRIO, Francisco. Positivismo. **Brasil Escola**. 2021.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Unidade De Ensino Santos Dumont**, Trizidela do Vale - MA, 2022. Lima, Ildilandes Sousa.

QEDU. Trizidela do Vale - MA: **Ideb 2022**.

RAMÍREZ, Santiago *et al.* O que é um tomista?. **Lumen Veritatis-Revista tomista | Filosofia Teologia-Tomás de Aquino**, v. 12, p. 399-434, 2021.

RAMOS, Andressa *et al.* **A Inserção do Serviço Social na Política de Educação: sob a ótica de assistentes sociais**. 2018.

RIBEIRO, Clara. Educação no Brasil: 5 principais obstáculos enfrentados pelo sistema educacional. **Notícias**, 2020.

RODRIGUES, Avelino Luiz. História antiga do pensamento em psicossomática. **Mudanças- Psicologia da Saúde**, v. 30, p. 97-103. 2022.

SÁ, Robison. Auguste Comte, o Positivismo e a Escola. **Info Escola navegando e Aprendendo**. 2020.

SANTOS, Cássia RG. **História da educação**. Editora Senac São Paulo, 2021.

SANTOS, Flávio Reis. A Educação no Brasil Colonial: Da Religiosidade Católica ao Despotismo Esclarecido (1549-1820). **Revista Expedições**. v. 9, p. 1 – 19. 2018.

SANTOS, Irene da Silva Fonseca; PRESTES, Reulcinéia Isabel; VALE, Antônio Marques. BRASIL, 1930 - 1961: ESCOLA NOVA, LDB E DISPUTA ENTRE ESCOLA PÚBLICA E ESCOLA PRIVADA. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 22, p.131 –149, 2006.

SANTOS, Josiane Soares. "**Questão social**": particularidades no Brasil. Cortez Editora, 2017.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS–Revista Científica**, v. 10, p. 147-168, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados, 2021.

SILVA, Camila da. **Serviço Social e educação: caracterização do trabalho dos (as) assistentes sociais inseridos (as) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN's)**. 2021. Monografia (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). **Interações (Campo Grande)**, v. 18, p. 185-196, 2017.

SILVA, Júnior, Gerson Alves da. Educação inclusiva e diferenciada indígena. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 20, p. 40-49, 2000.

SILVA, Rubia Pimentel da. **O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NA LÓGICA DA INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO REFLEXIVO**. 2009. Monografia (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SOUSA, Jesus Maria. Os jesuítas e a Ratio Studiorum: as raízes da formação de professores na Madeira. **Isleña**, v. 32, p. 26-46, 2003.

SOUZA, Everton Aparecido Moreira. História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. **Cadernos da Pedagogia**, v. 12, p.15 - 33. 2019.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa:: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola**: Uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

WISNIEWSKI, Eliseu. Vocabulário teológico: Teologia Patrística. **Revista Encontros Teológicos**, v. 91, p. 2017 - 2019. 2022.

YASBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **In: Serviço Social. Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.